



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12/05/2016

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Dalton Silvano) – Boa noite a todos. Na qualidade de presidente interino da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 8ª audiência pública do ano de 2016, para tratar do PL 723/2015, que estabelece objetivos, diretrizes, estratégias e mecanismos para a implantação da Operação Urbana Consorciada Bairro do Tamanduateí, que define projeto de intervenção urbana e autorização criação da empresa Bairro do Tamanduateí S.A.

Para compor a Mesa, convido o Sr. Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo, Gustavo Partezani Rodrigues, para representar o Secretário da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, Fernando de Mello Franco. Os demais Vereadores estão se encaminhando.

Para que vocês conheçam, a Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente é composta por este Vereador, que ora relato o referido projeto de lei, o Vereador Gilson Barreto, o Presidente desta Comissão, e os Vereadores George Hato, Nabil Bonduki, Nelo Rodolfo, Paulo Frange e Souza Santos. Esta audiência vem sendo publicada no Diário Oficial do Município diariamente, desde o dia 5 de maio, e foi publicada no jornal *O Estado de S.Paulo* no dia 6 de maio de 2016, e na *Folha de S.Paulo* no dia 9 de maio.

Informo também que esta reunião está sendo “transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios Online. As informações relativas a essas audiências públicas também estão sendo informadas no site da Câmara Municipal, no Portal do Bairro do Tamanduateí”. Informo aos presentes que, na forma regimental, o referido projeto de lei prevê intervenções não somente na Vila Prudente, mas também nos bairros do Tamanduateí, daí o nome da operação urbana. É um conjunto integrado de intervenções e medidas promovidas pela Prefeitura, com transformações urbanísticas estruturais e valorização ambiental.

Na forma regimental, o Gustavo, aqui representando a Secretaria, vai falar por 20 minutos, para que os senhores possam entender detalhadamente do que trata a operação urbana. Ele vai dizer, mas eu já vou antecipar: essa operação urbana já vem sendo discutido pela Prefeitura desde 7 de maio de 2014, quando foi feita a primeira apresentação na Associação Comercial de São Paulo, no Distrital Mooca, e, de lá para cá, foram feitas inúmeras audiências públicas em vários bairros, para que as pessoas pudessem fazer as suas sugestões e reivindicações. Posteriormente, o Governo, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e todas as audiências públicas, elaborou o projeto de lei e o encaminhou à Câmara Municipal. Então esta Casa também irá realizar diversas audiências públicas. Esta é a terceira, e poderemos fazer outras audiências públicas na medida em que tivermos mais dúvidas.

Já temos algumas audiências marcadas: na próxima segunda-feira, 16 de maio, no Ipiranga, das 19h às 22h, na Rua do Manifesto, 465; no dia 17 de maio, na Câmara Municipal; no dia 21, no CEU Heliópolis; no dia 23 de maio, na Câmara Municipal de São Paulo; dia 24 de maio, no Senai; e, no dia 30, também na Câmara Municipal de São Paulo. Abrindo os trabalhos na forma regimental, passo a palavra ao Dr. Gustavo, que irá explanar sobre a operação urbana. Posteriormente, a palavra será aberta aos presentes, que, conforme o Regimento Interno, terão três minutos para fazer a sua manifestação, de forma direta, de forma a maximização o tempo disponível

O SR. GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES – Obrigado, Vereador Dalton Silvano, pelo convite. Boa noite a todos. É a terceira vez que estou falando das questões da Vila Prudente, exatamente pelo mesmo motivo: debater a construção do projeto da Operação Urbana Consorciada – Bairro Tamanduateí. Desta vez, convidado pelo Legislativo, uma vez que finalizamos um projeto de lei, que é o 723/2015, apresentado a todos vocês no site de gestão urbana através de um caderno urbanístico que elenca todos os processos de desenvolvimento. E vou tentar explanar, em 20 minutos, bastantes coisas que já vimos debatendo: uma síntese do projeto, seus principais pontos, principais questões a serem debatidas nesta terceira audiência pública, sendo que teremos mais seis audiências pela frente, onde teremos a oportunidade de detalhar mais as questões que vão aparecer. Trata-se de um projeto bastante

complexo, bastante sofisticado, e por isso temos tido bastante prazer em esclarecê-lo e debater-lo.

O PL 723/2015 é um projeto urbanístico transformado em projeto de lei. E existem seis questões importantes a serem levantadas: o que é uma operação urbana, para que ela serve, como ela é construídas; quais são as diretrizes desse projeto urbanístico; como vai ser viabilizado no tempo e como vai se financiar; como foi elaborado, no processo participativo e construtivo entre o Poder Executivo e a população local; como ele está organizado; e, por fim, as diretrizes do projeto.

A operação urbana consorciada é um instrumento urbanístico previsto no plano diretor que está pedindo projeto de melhoria urbana numa determinada região – no caso, os sete bairros que acompanham a várzea do rio Tamandateí: o Cambuci, a Mooca, o Ipiranga, o Alto da Mooca, o setor industrial da Mooca, a Vila Prudente e a Vila Carioca, pegando um pedaço de Heliópolis. Esses bairros compõem a várzea do Tamandateí e estão sendo propostas, para isso, melhorias urbanísticas – mobilidade, meio ambiente, parques, áreas verdes, conexões com transporte, habitação de interesse social, produção de equipamentos de educação, saúde, assistência social, a produção de processo de mobilidade não motorizada, reconversão de patrimônio histórico. Enfim, uma série de qualificações, melhorias para a cidade que vão acontecer ao longo dos próximos 20-25 anos. A cidade demora para se transformar, e esse tempo de transformação precisa de planejamento e projeto. E é isso que está sendo proposto. É um projeto que foi construído e tem uma maneira de financiamento.

- Orador se refere a imagem exibida em telão.

O SR. GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES – Esse gráfico na tela é mais ou menos o nosso percurso do que aconteceu até aqui: leitura da área, análise, diagnóstico dos problemas da região; foi feito um cenário de desenvolvimento e a construção de um programa de interesse público, que resultou num projeto de intervenção urbano que debatemos com mais de 20 audiências e reuniões temáticas, quando estava no Executivo, e, agora, no Legislativo, com mais nove audiências. Esse projeto se refere a um projeto urbanísticos que prevê melhorias físicas e ambientais para a mobilidade, para os equipamentos de habitação. Esse projeto urbanístico foi licenciado ambientalmente, no ano passado, em julho de 2015. Esse projeto trata da viabilidade econômica, de como ele vai se financiar ao longo do tempo. E trata também das estratégias de gestão, de como isso será implementado ao longo do tempo. E essa gestão de implantação com participação social, com controle social. São esses três (Ininteligível) que formam o projeto de lei da operação urbana consorciada.

Está previsto no Plano Diretor Estratégico de São Paulo, aprovado em 2014: essa mancha vermelha mais escura. O que está em rosa é a macroárea de (Ininteligível) metropolitana, e aquela ponta é a região do Tamandateí, área do projeto da operação urbana.

Esse projeto tem seis premissas, que é importante entender.

A primeira premissa é uma condição heterogênea do território – o Cambuci e a Mooca, que são diferentes; a região industrial, que tem muita fábrica e emprego; a região ambiental, o Ipiranga e o Morro do Ipiranga do Alto da Mooca; a várzea do rio; a região que tem contaminação ambiental; lugar que tem poucos equipamentos, mais equipamentos; menos habitação social, mais habitação social; quais são os desejos para esses territórios, e compatibilizá-los é bastante difícil.

A segunda premissa é de que é um território de trabalho, porque tem muito emprego ativo nessa região. Então preservar, aumentar e potencializar esse emprego é uma questão importante. Terceira premissa: questões ambientais, como o solo contaminado, a questão da drenagem do Tamandateí, com as enchentes que acontecem, a questão específica de arborização e promoção de áreas públicas de parques e praças, áreas verdes. Junto com isso tem todo o patrimônio histórico vinculado à indústria, vinculado ao Monumento do Ipiranga, a construções seculares que tem na região, que devem ser preservadas. Tem também a questão do potencial construtivo adicional e (Ininteligível) do próximo PDE. E, por último, as lições aprendidas num processo de gerar uma operação urbana que será a quarta operação urbana

da cidade. Não é a primeira vez que estamos fazendo isso: fizemos na Faria Lima, Água Espraiada, Água Branca, e agora, o Tamanduateí. E temos lições aprendidas, erros e acertos. Erros e tentativas de conserto, acerto potencializados para melhorar. Aprendendo um pouco com o que foi construído no passado recente.

O projeto de intervenção urbana, o PIU, trata do adensamento construtivo vinculado a uma qualificação da cidade, à melhoria do dia a dia da cidade. Esse projeto tem uma maneira de se financiar através da venda de certificados de potencial adicional de construção – o título chamado Cepac, que é o direito de construir na região, o qual é vendido ao mercado, que paga pelo título, e o dinheiro é específico para financiar as obras da região. Então o dinheiro que a região produz é mantido na região. É mais ou menos essa a lógica da operação urbana, e é esse dinheiro que financia o programa de intervenções, que serve para trazer qualificação do *habitat* com essas melhorias urbanas. Tivemos um longo processo participativo até aqui. Essa faixa amarela diz respeito a um projeto de lei que estamos discutindo com a Câmara Municipal. No nosso caderno urbanístico tem todas as audiências, as atas, listas de presença de todo mundo que participou nesses mais de dois anos de trabalho de interlocução popular que fizemos. Publicamos isso no site de gestão urbana: uma nota técnica com todo o processo participativo, que é bastante importante, até para a memória do processo.

O projeto de lei está dividido em seis capítulos: objetivos, nas discussões gerais; as regras de uso e ocupação do solo, as regras para que sejam construídas as edificações que terão no local; o programa de intervenções, as melhorias urbanísticas para a área – as ruas, as praças, os parques, a drenagem, qual a opção de equipamento, qual é o número de estações (?) de interesse social, quais são os edifícios a serem (In)inteligível e preservados, quais são os incentivos ao emprego, à renda, à permanência da população moradora no local. Depois, o potencial de construção, os Títulos Cepacs e a destinação dos recursos, a gestão que está sendo proposta. Está sendo proposto um ente específico para cuidar da gestão do projeto e, por último, as disposições finais.

Esse é um esquema de como a gente fez a leitura do território e propôs todas as melhorias. São os gráficos que mostram o rio Tamanduateí, a ferrovia, o lugar do trabalho, a chegada da indústria, a questão do patrimônio, a questão do meio ambiente e da arborização, a questão da população trabalhadora, o número de empregos da região, as conexões com mobilidade, os eixos de transporte. Tudo está esquematizado. Isso tudo é uma provocação para vocês, por favor, visitarem o nosso *site* e olharem o Caderno Urbanístico e, com isso, poderem fazer alguns esclarecimentos e melhorar o debate.

O projeto tem umas estratégias, o Plano Urbanístico e a gestão territorial. As estratégias são aquelas que vieram do Plano Diretor Estratégico do Município, do PDE, da Lei 16.050, que são nove. A primeira é socializar os ganhos da produção. Aquilo que é produzido no local fica para o incremento e a melhoria da região. Com isso, a venda de títulos do Cepac vai financiar as melhorias. Há dinheiro específico para habitação social, 25% dos recursos arrecadados. Há dinheiro específico para equipamentos, 15%. Há dinheiro específico para reconversão e restauro do patrimônio histórico, 4%. O restante é gasto em áreas verdes, em parques e em áreas de lazer, em melhoramentos públicos, mobilidade e transporte e também em intervenções adicionais.

A segunda estratégia é assegurar o direito de moradia digna para quem precisa, permanecer a população no local através de políticas públicas de implantação de equipamentos sociais e de habitação de interesse social. Para isso, há a proposta de um adensamento, de trazer gente morando mais perto do trabalho e mais perto do Centro, melhorar algumas áreas da região que podem ser potencializadas com mais pessoas. É o que chamamos de adensamento, adensar a população, trazer mais gente morando. Temos uma ideia de cerca de 275 habitantes por hectare, na média. Hoje ela é de 84. No Município é de mais ou menos 84. Uma região como a República, por exemplo, tem 250 ou 300 habitantes por hectare. Então, como é próximo do Centro, é importante essa questão. Segundo, estabelecer a produção de unidades habitacionais nas áreas de ZEISs. Isso que está em amarelo, que vocês estão vendo, são as

zonas especiais de interesse social aprovadas pelo Plano Diretor e pelo zoneamento da Cidade, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Então são nessas áreas que serão providas as habitações de interesse social e potencialmente os equipamentos sociais.

Terceiro, melhorar a mobilidade urbana através de conexões para facilitar o acesso à farta linha de transporte da região. A gente tem a linha da CPTM, do metrô, a Linha 2. Está sendo proposta a Linha 18, que vem do ABC. A Linha 2 vai chegar até a Penha, na expansão. A Linha 6 vai passar por aqui. Então, essa região é muito estratégica para a Cidade, uma região que traz, de fato, uma ampla capacidade de transporte. E criar essas conexões; entre a casa, o trabalho e a estação; é muito importante.

Na Mooca e na Vila Prudente há estações sem cidades em volta. Quem pega a estação da Linha 2, sabe o quanto é difícil chegar na Linha 2. As quadras são muito grandes, a condição de caminamento é muito ruim. A estação Mooca da CPTM fica escondida atrás de um galpão e tudo isso é muito ruim para a população. Então, melhorar essas conexões da Cidade, fazer cidades em volta das estações é muito importante.

Quatro, qualificar a vida urbana nos bairros; trazer maior arborização, calçadas mais amplas, mais largas; trazer fachadas ativas, fruição pública; permanecer o comércio de rua. É onde há mais comércio de rua por tipologia de quadra ou por bairros na Cidade, na Mooca, como a rua da Mooca e as ruas acessórias; o Ipiranga com a Amador Bueno; a Vila Prudente; a Vila Carioca; o Cambuci com a Lavapés; uma série de ruas que têm ali uma atividade de comércio importante. E com isso a gente traz também equipamentos. Vejam que na Vila Carioca e na Vila Prudente têm equipamentos de saúde, de cultura e de lazer sendo proposto.

Esta apresentação, para quem está vendo pela primeira vez, não é uma apresentação comum a todas as audiências, procuro esclarecer o ponto específico em cada bairro. Assim, todo mundo tem a oportunidade de ver esse material sempre presente e a gente melhora o debate em cada bairro.

Quinto, orientar o crescimento da Cidade na proximidade do transporte público. Essa orientação é através do adensamento populacional. As áreas em amarelo é o potencial construtivo de duas vezes; as áreas em laranja claro é o potencial de quatro vezes e uma novidade agora, um lugar onde a gente quer de fato renovar, que é a foz do rio Ipiranga, ali na Teresa Cristina, é o potencial construtivo de seis vezes. Isso faz um adensamento construtivo e, pela cota parte aplicada, um adensamento populacional também. Reorganizar as dinâmicas metropolitanas e garantir emprego, a operação urbana traz três polos: fomento e incentivo ao polo criativo de serviços, na região da Mooca histórica, ali na Borges de Figueiredo e arredores; valorização do polo industrial, a manutenção desse polo da Henry Ford, que é muito importante; e o incentivo ao programa de logística na Vila Carioca, que é uma área estratégica muito importante da Cidade e, por ser assim, tem saídas para a Anchieta, ferrovia para o porto, o minianel viário da Cidade. Tudo isso é importante para o abastecimento da Cidade, portanto, para o polo logístico.

A gente traz incorporação de uma agenda ambiental importante com a proposta de 12 novos parques na região, aumentando em 80% a área de influência dos parques nesse território, aumentando absurdamente o índice de metros quadrados de parque por habitante. Isso é muito bom. Há parques grandes, parques menores. Parques desde o Cambuci, Teresa Cristina, o parque de Anápolis, o parque da Vila Carioca, o parque em Heliópolis.

Fortalece a participação popular nas decisões. O Conselho Gestor é o grupo paritário entre a sociedade e o Poder Público que vai gerir esse processo de implantação. Estamos trazendo a proposta de eleição por voto direto entre os moradores e os trabalhadores para os representantes no conselho gestor. Junto com isso, os representantes dos Conselhos Participativos das Subprefeituras, do Conselho Municipal de Habitação e por aí vai. Então cada bairro, cada Subprefeitura vai ter cadeiras nesse conselho gestor; o Subprefeito também, obrigatoriamente, para que a gente possa construir a implantação desse projeto de maneira adequada, transparente e democrática.

Por último, valorizar o patrimônio cultural. Isso é feito através de incentivos do patrimônio

cultural. Esse é um mapa de todos os bens tombados de patrimônio. Vejam, o Parque do Ipiranga, aquele vermelhão à esquerda, é bastante grande; todos os casarios e indústrias da Mooca. Aqui para a Vila Carioca e Vila Prudente têm menos quantidade, mas têm questões de importância também.

Tem um Plano Urbanístico Específico, cada bairro recebeu uma série de melhorias. Há melhorias no Cambuci, como o Parque da Silveira da Mota. Há as questões da Mooca Velha e a ligação com a Antártica e a Prefeitura está querendo adquirir aqueles galpões da Vanorden na Borges de Figueiredo e na Presidente Wilson para restaurá-los e transformá-los em equipamentos culturais. Isso é muito importante. No Porto do Areião está sendo proposto um parque, naquele depósito de areia que vem de ferrovia, junto com um equipamento cultural – que é essa imagem colocada aqui.

Também está sendo proposto um grande parque de quase cem hectares na foz do Ipiranga, na Avenida Teresa Cristina. A gente quer alargar as bordas da Teresa Cristina, desviar o tráfego de veículos e trazer toda uma área verde com potencial de transformação, ao fundo está o monumento do Ipiranga preservando e destacando o patrimônio histórico. Na Henry Ford estamos valorizando as indústrias e o trabalho. Na ZPI não é permitido o uso dos residenciais verticais, mas qualquer outro uso é permitido. Então incentivar, com gabarito e estoques controlados, escritórios, novas tecnologias, nova indústria. Não é uma indústria antiga, mas é uma indústria tecnológica que traga emprego valorizado e qualificado e melhore a relação econômica com o bairro. O Parque da Mooca, onde é a Esso, está garantido também. Já está garantido no PDE. A gente traz a proposta da construção do Parque da Mooca, da construção desse parque que é bastante importante, e é uma demanda antiga dos moradores da Mooca.

A relação da Vila Carioca com a linha 2 também centradas em área de parque, na produção de HIS, muita habitação de interesse social e equipamentos.

E, por fim, a Vila Prudente, que tem uma nova relação da Ibitirama com o Rio, na qual a gente propõe um parque linear, com uma relação de linhas locais, destacando toda a relação de barulho e poluição da Avenida do Estado em relação ao bairro.

Temos alguns instrumentos inovadores, por fim, é a primeira operação com um projeto de intervenção urbana integrada e qualificada, sendo calculadas suas intervenções e os Cepacs sendo viabilizados por esses cálculos. Então, ela é economicamente viável. É uma realidade. Foi orçada e precisada nesse sentido. Tem as questões de atribuição do Conselho Gestor, dessa questão paritária entre o Poder Público e a sociedade, da qual parte dele é eleita pelo voto direto e parte são dos Conselhos Participativos.

Tem a proposta de um órgão específico da Prefeitura para cuidar disso, que seria uma empresa pública, nos moldes da CET, SP Transportes, SP Turismo, que é a Bairros do Tamanduateí S/A, que vem da SP Urbanismo. A proposta é de um grupo focar no local, com ação no local e possa implementar o programa de obras, a função básica da Tamanduateí é implantar o programa de obras: fazer as praças, parques, ruas, ciclovias, habitações de interesse social, equipamentos previstos pela lei, quando for aprovada pela Câmara Municipal, debatida e construída.

Esse programa de intervenções será executado por um ente específico chamado Bairros da Tamanduateí S/A. É importante termos clareza de que esse ente específica traz ganhos ao Poder Público: eficiência no tempo e economia de recursos, porque é feito mais rápido, com mais foco e ele trabalha só nesse território.

Todas as outras empresas municipais trabalham num território como um todo. A Cohab, por exemplo, trabalham em toda a Cidade: Norte, Sul, Leste, Oeste; a SP Transportes, a CET, não têm um ponto focal, então, acabam diluindo sua atenção na Cidade. Trazer um ente específico é bastante importante. É uma empresa municipal como são as demais. No debate, poderemos melhorar essa questão.

Além desses objetivos, temos parâmetros qualificadores, que trazem qualidade para grandes lotes, para o parcelamento, novas tipologias de edifícios com fruição pública, com faixa ativa, uso misto obrigatório, a questão do incentivo de qualificação de frente de lote para quem

intervier nas áreas de frente do Rio Moinho Velho, Rio Tamanduateí e Rio Alcântara Machado, áreas de avenidas muito carregadas de tráfego, onde ninguém gostaria de morar ou trabalhar, mas que, com esse regramento, preservando a app dos rios e com arborização elas se tornam qualificadas, tem incentivo para cessão de espaço aéreo subterrâneo, espaços adicionais, criamos algo importante que a reserva técnica do estoque – aprovado pela LAP, licença ambiental prévia – 6 milhões de metros quadrados, dos quais 5 milhões e 100 mil serão transformados em Cepacs e 700 mil, 15% disso, reservados para serem realocados no setor específico daqui a 15 ou 20 anos, quando acabarem os estoques do setor, mediante estudo urbanístico de impacto de vizinhança. É isso que libera esses estoques e faz a melhoria desse processo. E, finalmente, regras para acabar a operação. Quando o projeto estiver totalmente implantado, a operação se encerra e volta a reger a regra do zoneamento, que vige na Cidade com um todo.

É um processo e um projeto bastante complexo. Difícil de se explicar em 20 minutos, mas vou ficar disponível para o debate para que nele, possamos avançar e tentar melhorar cada ideia. Obrigado pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Dr. Gustavo

Quero convidar para participar da Mesa o Dr. Parisi, Superintendente da Associação Comercial da região. Tivemos a exposição do representante do Executivo. Agora, vamos abrir a palavra. Quem quiser se manifestar, por favor, faça a inscrição ao lado na Secretaria. As entidades que quiserem que cite o nome, deem seus nomes que citaremos as presenças das instituições organizadas.

Passarei a palavra ao nobre Vereador Dalton Silvano, antes, porém, preciso dizer que sou o Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que está na responsabilidade desse projeto da Operação Urbana Consorciada dos bairros Tamanduateí. Temos como membros da Comissão os nobres Vereadores Dalton Silvano, George Hato, Gilson Barreto, Nabil Bonduki, Nelo Rodolfo, Paulo Frange e Souza Santos. O Vereador Dalton Silvano é o Relator do Projeto que será feito ao final.

Marcamos várias audiências públicas por ser um projeto de grande importância para a região e, também, de grandes preocupações. Então, o que precisamos é, exatamente, a participação dos senhores. Não é porque o Executivo mandou o projeto para a Câmara Municipal de São Paulo que será aprovado, na íntegra ou como foi apresentado. Nós vamos fazer nos mesmos parâmetros, inclusive, com a exigência, também, do Sr. Relator, Dalton Silvano, de que se discuta bastante e faremos as mudanças necessárias tantas quantas foram feitas na Lei do Zoneamento.

Então, estamos muito à vontade para realizamos essas audiências públicas. Mas é de muita importância a participação de vocês.

Vou passar ao Sr. Relator para sua manifestação.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, eu fiz a abertura, tendo em vista que V.Exa. estava em outro compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Peço desculpas pelo atraso.

O SR. DALTON SILVANO – Dentro dos procedimentos da audiência pública, acabei me esquecendo de agradecer ao Sr. Nilton Zadra. Presidente do Circulo dos Trabalhadores Cristãos que nos cedeu gratuitamente esse salão, assim como ele tem feito, ao longo da história, com as reuniões da comunidade e reuniões importantes da Câmara Municipal, ele sempre foi um grande colaborador com a região da Vila Prudente. Quero completar a abertura. Obviamente, como em toda audiência pública, nós estamos aqui mais para ouvir que para falar, até porque o representante da Secretaria do Governo fez uma ampla explanação. Tem muitas questões que estão sendo debatidas em cada bairro; questões peculiares de cada bairro, e as questões gerais, o grande debate que nós já começamos a fazer na Câmara. Quero cumprimentar o Carlos e o Nilson, nossos Consultores Técnicos.

A Câmara Municipal tem várias comissões permanentes e, nestas, nós temos profissionais habilitados que prestam assessoria aos Vereadores. Nós fizemos uma mesa composta com

Consultores Técnicos Legislativos de quatro comissões: a Comissão Permanente de Trânsito e Transporte, porque teremos grandes intervenções no sistema viário;

A Comissão de Administração Pública, porque temos nesse projeto de lei a formação de uma empresa chamada Bairros do Tamanduateí S/A, que inova nas Operações Urbanas, em gestão de recursos, pois a aplicação da arrecadação e venda dos Cepacs foram feitas pela SP Urbanismo e, agora, o Governo inova com a criação dessa empresa S/A.

É claro que isso gera uma série de dúvidas e questionamentos. Isso já começou a ser debatido na Câmara Municipal, como por exemplo, a questão do Conselho Gestor, que é aquele que vai tomar todas as decisões com relação à aplicação dos recursos nas intervenções urbanas que estão previstas nesse projeto.

Já falei uma vez – e nós entendemos -, há 9 representantes da sociedade civil, 9 representantes do Governo, mas a Câmara Municipal também tem que ter representante - e outras questões que podem vir nas audiências públicas é uma questão de extrema importância porque, ao longo da execução dessa operação urbana, nós vamos ter que estar presentes e participando. Era só esse breve relato para que as pessoas que se inscreveram possam começar a fazer as suas explicações.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O primeiro inscrito é o Sr. André Delfino do Movimento de Defesa do Favelado.

O SR. ANDRÉ DELFINO – Boa noite, Vereadores, Gilson Barreto, Presidente, demais autoridades e Vereadores; o Gustavo, representando o Executivo; as Lideranças do Bairro, Moradores e Moradoras.

Eu sou o André, do Movimento de Defesa do Favelado. Morador da Favela de Vila Prudente, a mais antiga de São Paulo.

Queria apontar algumas questões ligadas ao projeto de lei, aproveitando a fala do Vereador Gilson Barreto, sobre o processo de discussão da Lei de Zoneamento na Câmara Municipal depois de o projeto ser enviado pelo Executivo, com as mudanças necessárias que têm que ser feitas.

Espero que essas mudanças possam realmente reproduzir a vontade do debate das audiências públicas, porque o que aconteceu, por exemplo, no debate da Lei do Zoneamento – e que foi muito preocupante – é que, depois de a gente fazer todo um processo de discussão sobre, principalmente, as zonas especiais de interesse social, para garantir habitação de interesse social na região, o projeto do executivo, na Câmara Municipal, a maior zona especial, 63 mil metros quadrados, a única área grande, onde poderia ser construída habitação de interesse social, sumiu. Isso nos causou preocupação. E, aí, o Prefeito teve a coragem e ir lá e vetar. Então, esse, pelo menos foi o compromisso do Executivo, então a gente espera que realmente seja isso. E como (ininteligível) complicado, são oito audiências agora pela Câmara Municipal, quatro regionais, três temáticas e uma devolutiva. É tamanha a densidade do debate, da discussão que acho que a gente precisa no mínimo dobrar o número de audiências, para que realmente as pessoas possam ter clareza e consciência do impacto que um debate como esse vai gerar para a Cidade, para a região. É uma região que tem influência no anel metropolitano, faz fronteira com outros municípios da Cidade, viário, habitação e ambiente, então é um pedido. A gente precisa aumentar o número de audiências para que as pessoas possam se “empoderar” desse debate e contribuir. A gente joga o jogo quando a gente conhece a regra, então a gente precisa realmente se “empoderar” do debate para conhecer.

Eu fiz uma leitura rápida e queria apontar alguns questionamentos. Achei importante frisar que no ano passado a gente teve um debate muito forte sobre vários temas. Além das audiências nós tivemos reuniões temáticas em SMDU, para, junto com os movimentos de moradia e com as outras entidades, construir essa proposta que veio para a Câmara Municipal. Mas, mesmo com todo o debate, faltaram algumas coisas que a gente precisa abordar.

No artigo 15, no parágrafo 5º, caberá ao empreendedor a comercialização das unidades habitacionais de interesse social produzidas com área adicional, nos termos do artigo 1º desse artigo (?) que versa sobre a questão da aplicação da cota de solidariedade. Na questão da cota

de solidariedade, o parágrafo 5º desse artigo diz que caberá ao empreendedor a comercialização das unidades habitacionais de interesse social produzidas na área adicional. Então a gente tem uma estrutura hoje, a Prefeitura de São Paulo, por exemplo, de cadastramento de famílias hoje. Então quer dizer, a nossa região tem uma demanda muito grande, tem muitas famílias que estão cadastradas na fila de habitação. Então a gente acha importante não só o empreendedor, mas também para a demanda que já existe, que já está lá cadastrada, seja também alvo desse artigo.

Outra questão: no capítulo III, o programa de intervenções. No inciso VI, (ininteligível) habitacional de interesse social, podendo abranger... Aí eu gostaria que no g, que é atualização do sistema de informações para habitação social (ininteligível) limitada à área de abrangência; então a gente gostaria de (ininteligível). Depois a gente vai ver a área de abrangência, a área de adesão, mas também toda a área de expansão. Depois o Gustavo vê se estou errado e já tem (ininteligível) área de adesão.

Concluindo, depois a última questão, também ligada ao processo de participação do conselho gestor. A gente tem, na sociedade civil, nove representantes. A representação está ligada aos acadêmicos (ininteligível), mas a gente precisa a participação também de moradores não só nos perímetros de adesão, mas também nos perímetros de expansão, já que partes dos recursos também poderão ser usadas no perímetro de expansão, além do perímetro de adesão, então tem que caber que haja representação dessa população que pode ser beneficiada. Só que se você não tem num espaço ninguém que defenda o direito dessa região, desse perímetro de expansão ser defendido, fica muito difícil garantir que o dinheiro arrecadado possa realmente beneficiar, além do perímetro de adesão, o perímetro de expansão.

Depois a gente vai escrever e detalhar tudo isso. A gente agradece pela oportunidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Eu vou pedir para, já que você tem um material extenso, depois procurar o relator...

- Falas sobrepostas ininteligíveis.

O SR. DALTON SILVANO - Só para falar para o André e também para todos os demais – e isso é um aprendizado que a gente tem da Câmara há muito tempo e agora, particularmente, na questão da Lei de Zoneamento, em que o relator - quero deixar registrado e parabenizá-lo – Paulo Frange teve um trabalho muito grande, eu também me coloco à disposição na Câmara Municipal, como relator. Você viu que você falou, passou dos três minutos do regimento e você não conseguiu falar tudo que queria. Então nós, toda a comissão, particularmente est6e relator mais o Vereador Gilson Barreto, também está aqui a Vereadora Edir Sales, que quero cumprimentar, então pra vocês irem à Câmara, aí nós podemos ficar conversando uma hora, duas horas, tem toda a assessoria, para vocês detalharem as reivindicações. Eu, como relator, e a comissão também estamos à disposição de vocês.

O SR. - Eu agradeço. Só (ininteligível) a Câmara não cabe todo mundo. Acho importante que a gente possa aprofundar esse debate também nos bairros, nas regiões, para que as pessoas possam se apropriar, e aí qualifica a contribuição que muita gente pode dar para esse projeto, que já tem dado a partir do diálogo com (ininteligível).

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero registrar a presença de Dora Rodrigues, da Associação de Vila Prudente; Aparecido Augusto, Presidente da Associação de Vila Prudente; Adriano Ramos, coordenadora do Conselho Participativo de Vila Prudente; Luís Carlos Castanho; Júlio César Oliveira; Vagner Peres, Diretor da Associação Comercial de São Paulo, Distrital Mooca.

Também registrar a presença da Vereadora Edir Sales, para quem passo a palavra para a sua mensagem, porque já está com outro compromisso. Obrigado pela presença.

A SRA. EDIR SALES – Muito obrigada, colegas vereadores da Política Urbana, (ininteligível) da Política Urbana, meu querido Presidente Gilson Barreto, meu querido amigo, colega Dalton Silvano, nosso amigo também atuante na Câmara, guerreiros, batalhadores e meus

professores, aprendo com eles a cada dia lá na Câmara, aprendo muito com eles. Quero cumprimentar o Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Distrital Mooca, Pari, meu querido amigo, companheiro; cumprimentar também o Gustavo que é diretor de SPUrbanismo,; e todos os nossos amigos que aqui se encontram, Castanho, Júlio, Vagner e vários amigos que aqui se encontram.

Quero saudar todas as pessoas que estão (ininteligível) na nossa audiência pública, aqui no nosso Círculo dos Trabalhadores Cristãos. Quero transmitir meu abraço ao (ininteligível) que pediu para eu representá-lo, que ele infelizmente não pôde estar presente aqui, me ligou agora há pouco e me pediu para representá-lo, então quero transmitir o abraço do nosso amigo (ininteligível).

E dizer que esse projeto do Tamandateí é superimportante para todos os bairros que compõem, Cambuci, Mooca, Ipiranga, Vila Carioca e Vila Prudente. Esse projeto já passou pela Justiça, já foi aprovado e agora está sendo discutido na Comissão de Política Urbana, depois vai para a de Administração, Atividade Econômica e depois para a de Finanças, que é a última comissão, da qual eu faço parte.

Esse projeto de qualificação desses bairros é muito importante. A expectativa é que essa operação urbana seja a que mais arrecade recursos com a venda dos Cepacs, títulos que permitem a seus proprietários construir imóveis com metragem acima da estabelecida na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e Zoneamento. Pare esse projeto será autorizada a emissão de cinco milhões de Cepacs a preço unitário mínimo de 790 reais. O montante total mínimo dessa operação, com a venda de todos os títulos, será de três bilhões de reais. Entre as principais diferenças da operação urbana consorciada dos bairros do Tamandateí em relação às outras está a criação de uma companhia para gerenciar o projeto.

Neste momento se reinicia o processo participativo, agora no âmbito do Poder Legislativo, na Câmara Municipal de São Paulo, que coordenará o debate público, e novo ciclo de audiências se inicia para a continuidade do aprimoramento da proposta desenvolvida. Então eu estou aqui à disposição.

Vou pedir aos meus amigos que me deem permissão, já que estou muito bem representada pelos meus nobres pares Gilson Barreto e Dalton Silvano, porque tenho mais dois eventos ainda, estou indo para o penúltimo evento, depois para o último evento, então eu tenho realmente que sair, mas sempre me colocando à disposição da nossa querida Vila Prudente, da nossa cidade Vila Prudente, representando também a Mooca, Cambuci, toda a região em que nós podemos atuar juntos. Então estou à disposição na Câmara. O nosso escritório está aqui no Largo da Vila Prudente, há 16 anos no mesmo lugar, todos sabem onde me encontrar. Boa audiência pública para vocês. Muito obrigada pela atuação de vocês à frente da Comissão de Política Urbana. Um grande abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Luís Henrique, estudante.

O SR. LUÍS HENRIQUE – Boa noite. Queria fazer umas perguntas mais específicas ao setor da Vila Carioca (ininteligível). O projeto de lei (ininteligível) Vila Carioca mantém o uso (ininteligível) logística e o amplia. A proposta não causará a estagnação do bairro? A segunda pergunta: Qual o impacto desse projeto na cidade de São Caetano?

Qual será o destino dos atuais moradores do terreno ao lado do Shopping Central Plaza. Considerando que o projeto (ininteligível) esse terreno como área de promoção de infraestrutura logística, algo questionável, considerando que estamos de frente com a Avenida do Estado e (ininteligível) com este uso vai contra a proposta ambiental do projeto. Sendo assim, por que não manter os moradores ali, inserindo HIS para a região, integrada ao parque linear da Avenida do Estado?

O projeto não define onde cada equipamento será inserido, considerando cedo para se indicar essa localização, dando margem para que investimentos privados possam adquirir os melhores terrenos. Como que a lei irá articular para manter as melhores (ininteligível) localizações (ininteligível) públicos e garantir que os moradores terão equipamentos bem localizados

próximo de suas residências?

A região da Vila Carioca é a divisa mais próxima do ABC, mais especificamente de São Caetano, sendo que historicamente fazia parte da Fazenda de São Caetano. O projeto considera (ininteligível) intermunicipalidade, considerando que essa região constitui um unidade ambiental, paisagística e urbana e a falta de planejamento integrado poderá causar (ininteligível) ainda maior da região?

Por que não foi projetado um parque linear em toda a extensão do rio dos Meninos?

Qual será o destino do terreno da Fábrica Matarazzo ao lado do rio dos Meninos, do lado de São Paulo, considerando que a mesma não possui limites entre São Caetano e São Paulo?

Qual será o destino dos galpões que hoje não são tombados e estão (ininteligível) Vila Carioca?

E por que não pensar (ininteligível) numa forma de mesclar os usos que vão além da logística?

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

O próximo, Arlindo Amaro dos Santos.

O SR. ARLINDO AMARO DOS SANTOS – Boa noite. Meu nome é Arlindo Amaro. Sou morador da região do Ipiranga.

Queria só fazer umas colocações sobre o que foi falado, principalmente quando você falou, Gustavo, sobre as calçadas, que elas passarão a ser de cinco metros de comprimento. Isso está dentro do perímetro da operação urbana ou vai ser só nas principais vias, que são as vias estruturais? E as vias coletoras e as vias secundárias, elas ficarão livres disso? E como será feito esse projeto de recuo da calçada para cinco metros/ Alguém vai perder terreno aí, talvez perca uma boa parte de sua casa nesse caso, não é?

Outra coisa: viaduto – outra coisa que nós precisamos não só no Ipiranga, mas na Vila Prudente, na Mooca, na Vila Alpina, em toda nossa região que é abrangida pela operação urbana, são as questões do acesso viário. Há um problema seriíssimo na Anhaia Melo, há também uma barreira de interferência grande na Avenida Sapopemba, a maior avenida brasileira, é muito extensa e tem grandes dificuldades de acesso.

A Avenida Anhaia Mello que liga o Sapopemba, lá embaixo, para São Mateus, não há acesso até em São Mateus, então somos obrigados a contornar à direita. Além do mais, na época das cheias, das chuvas, aumentam os problemas. Nos últimos tempos, depois que construíram o monotrilha há problemas de alagamentos que perturbam os moradores da região, porque a água chega, em certos pontos, a um metro de altura. Isso não aconteceu antes.

A questão do fura-fila no Ipiranga, nós temos a Estação General Lecor, a próxima é a Estação do Clube Atlético Ypiranga, onde as pessoas não têm acesso à linha de trem, na Estação Ipiranga. Nós precisamos de um acesso do Fura-Fila ali no entroncamento da Rua Xavier Curado com a Avenida do Estado, criando um acesso para a estação do trem Ipiranga.

Inclusive com uma implementação de reurbanização da estação de trem Ipiranga, tem o Shopping Mooca ali, que é muito bonito. O Shopping está de um lado, há uma proposta da CPTM para isso, que eu estou sabendo, de fazer uma remodelação e transferir a estação do trem para o outro lado do viaduto.

Quem mora na Vila Prudente e trabalha na Vila Carioca, ou vice-versa, tem um problema enorme de acesso. Só há o Viaduto Pacheco Chaves e o Grande São Paulo. Quem mora na Vila Carioca e quer vir ao *shopping* que fica ali atrás, na Rua Vemag, tem que vir pelo Viaduto Grande São Paulo para poder acessar o *shopping*. É necessário fazer um viaduto de acesso.

O problema viário tem que ser o primeiro passo, para que as pessoas possam ter a facilidade de circular.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

O SR. ARLINDO AMARO DOS SANTOS – Outra coisa, no caso de a cidade de São Paulo, especificamente aqui na nossa região, o Plano Diretor que foi aprovado, dá as diretrizes do encaminhamento dos planos regionais. A gente vem sempre frisando isso e os planos regionais sequer foram debatidos com a população e estão fazendo um plano de operação

urbana, que se deu início na Barra Funda e não chegou a nós.

Um parêntese: como eu vejo que só tem sete a 10 pessoas inscritas, poderiam passar o tempo de fala para cinco minutos. Caso possível. Se não for tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Não. Não.

O SR. ARLINDO AMARO DOS SANTOS – O caso se ter de dar, na nossa situação, a Lei de Zoneamento que foi aprovada agora, a Lei 16.402, aprovada na Câmara Municipal, que está suspensa por exigência de adequação de uma lei aprovada. Então fazem as coisas na correria, na calada da noite, a população é prejudicada.

Quem vai entrar com projeto novo na Prefeitura não sabe qual a lei que ele atende, se a Lei 13.885/04 ou – porque a lei nova aprovada agora que revogou a lei 13.885, não se pode mais trabalhar com ela, porque está revogada. A Lei 16.402, a atual, está suspensa. A Cidade está parada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

O SR. ARLINDO AMARO DOS SANTOS – Arquiteto não pode trabalhar porque não pode ingressar com qualquer processo na Prefeitura, porque o projeto de lei, a lei aprovada, foi feita na correria. Para isso tem que tomar muito cuidado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Jean Pisano, do Conselho Participativo.

O SR. JEAN PISANO – Boa noite. Antes de começar a falar, gostaria que vocês parassem de mexer no celular e prestassem atenção. Em minha opinião, esse será um bom empreendimento. Vai vender tudo na planta. Tenho a impressão também de que está tudo pronto. Está até bonito. O nome é Operação Tamanduateí, não é? Faltou falar mais do cidadão que empresta o nome: o rio Tamanduateí. Não ouvi dizer de que forma vocês pretendem limpá-lo, porque ele tem um mau cheiro do caramba. E aí vai ficar o quintal de casa ali. Precisa ser esclarecido o que vai ser feito com o Tamanduateí.

Na hora em que o Gustavo estava falando sobre a região de Ibitirama, de um novo relacionamento com o rio e que haverá um novo parque linear ali, questiono: que parque é esse? Não vai passar monotrilha não, né? Que parque linear é esse que vai ser feito na Vila Prudente, próximo à rua Ibitirama?

É só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Com a palavra o Sr. José da Guia Pereira.

O SR. JOSÉ DA GUIA PEREIRA – Boa noite a todos e a todas; Srs. Vereadores e Sr. Presidente Gilson Barreto. Primeiro, estou na Assessoria de Gabinete da Subprefeitura da Vila Prudente. Quero dar as boas vindas ao novo Subprefeito, Sr. Miguel, sou militante da área da saúde, do Movimento Popular de Saúde, fui Conselheiro Municipal de Saúde por quatro mandatos e ex-Coordenador do Conselho Participativo da Vila Prudente.

Na verdade, senhores, gostaria de falar sobre a representatividade que vai tirar os conselhos para representar na Operação Urbana. A gente acredita, enquanto controle social, que ter nove representantes é muito pouco. Deveria haver mais representantes para os conselhos gestores de saúde, além dos conselhos participativos; do meio ambiente; dos conselhos que existem na região e na Cidade. Acho muito pouca essa representatividade.

Por isso quero chamar a atenção aqui, porque deveríamos repensar um pouco sobre essa questão da representatividade. Como vai ficar registrado, acredito que irão repensar sobre essa questão. Segundo, participei de várias e várias audiências públicas e a gente observou que há muito poucos equipamentos de saúde na região para esse investimento tão grande. Deveria ter mais equipamentos de saúde, porque os recursos são astronômicos. Gostaria de chamar a atenção para isso porque se os conselhos gestores de saúde tivessem sido consultados, haveria sim um maior número de equipamentos de saúde para a Vila Prudente. Não sei das outras regiões, como a Vila Carioca e os outros bairros, mas quero chamar a atenção para isso. Pelas várias e várias audiências, foi pouco o que ofereceram para a saúde na região. Já falei sobre isso em uma das audiências, mas gostaria de chamar a atenção sobre

a questão da representatividade e sobre o número de equipamentos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O próximo orador é o Sr. Luis Claudio Marchesi.

O SR. LUIS CLAUDIO MARCHESI – Boa noite a todos. Sou representante da Associação Comercial Distrital Mooca. Preciso só fazer um preâmbulo aqui porque eu não caí de paraquedas. Sou chefe de gabinete do nobre Vereador Dalton Silvano, mas vim falar como morador da nossa Vila Prudente. Profissionalmente comecei aqui na Gazeta da Vila Prudente, era estagiário de jornalismo, digo que conheço um pouquinho da história da nossa região e ao longo desse tempo, muita coisa avançou, outras ficaram devendo, mas vejo que são contempladas várias deficiências nesse plano que está sendo apresentado hoje.

O Gustavo, quando fez apresentação destacou a criação de 18 parques na nossa região. Aí, vou puxar sardinha para o nosso parque da Mooca, onde tem aquele terreno da ESSO, terreno que está em processo de descontaminação próximo de 10 anos. O lençol freático, lá, ainda hoje está contaminado, quer dizer, qualquer tipo de água que for retirado de lá está contaminado. A CETESB vem fazendo esse monitoramento. Para ser curto e grosso, gostaria de solicitar que dentro desses 18 parques, o máximo possível fosse expandido com área verde, principalmente esse da Mooca, já estou falando em causa própria, porque são perto de 40mil m², salvo engano, não só Vila Prudente, mas toda a área verde e para a Mooca, inclusive, é de fundamental importância.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Mateus Dantas.

O SR. MATEUS DANTAS – Boa noite a todos. Sou morador do bairro. Sobre a capacidade ocupacional do Córrego Tereza Cristiana, como foi definida a capacidade de ocupação e se os empresários, as pessoas que são donas de galpões lá, elas sabem que foram loteadas. Essa é minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Julio Cesar Oliviere, da Associação Comercial e Arquiteto.

O SR. JULIO CESAR OLIVIERI – Boa noite a todos. primeiramente e acredito ser um dos assuntos principais é saber onde a empresa será instalada. Se será instalada dentro desse local, ou via ficar em uma região central da Prefeitura. Segundo, como sabemos da dificuldade de aprovação de projetos na Prefeitura do Município de São Paulo, esses empreendimentos que tiverem localizados nessa área, serão aprovados pela Prefeitura do Município de São Paulo, que está totalmente sem condições nenhuma, ou será aprovada por essa nova empresa que será feita o vale de Tamanduateí. Terceira questão: se já há algum interesse de alguma construtora, em desenvolver isso. O projeto, os desenhos são bem interessantes, mas de repente é uma utopia isso daí, sei que estamos pensando, em alguma coisa de 20 anos. Mas se já tem alguma coisa, e qual será o primeiro passo que será instalado. Onde será o stat dessa operação? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Francisco Parisi, Superintendente da Associação Comercial Mooca.

O SR. FRANCISCO PARISI – Boa noite, Vereadores Dalton Silvano, Gilson Barreto; Diretor da São Paulo Urbanismo, Sr. Gustavo Partezani; e todos os presentes. Cumprimento os Diretores da Associação Comercial de São Paulo; e os moradores da Vila Prudente.

Estamos acompanhando esse projeto há algum tempo, a obstrução que houve na própria sede da Distrital Mooca, e notamos que ele vem sofrendo algumas alterações. A grande preocupação logicamente da Associação Comercial é a preservação das empresas. Ele perde o objetivo de trazer a moradia perto do emprego, se deixar de existir o emprego. Então, essas desapropriações que vêm ocorrendo, sobretudo, para o pequeno empreendedor, as empresas instaladas no bairro, serão um desastre, porque muitas delas poderão fechar, tendo em vista que, hoje, até as grandes empresas estão fechando, como o caso da Arno, na nossa região, que demitiu 2 mil trabalhadores. Então, não faz sentido essas desapropriações eliminarem empresas. Essa é a nossa preocupação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Antes de passar as palavra ao Sr. Gustavo para as considerações, quero dizer que o projeto foi feito pelo Executivo, enviado para a Câmara Municipal. E, geralmente, a Câmara tem a obrigação de fazer duas audiências públicas quando chega o projeto de lei; depois, será discutido em plenário. A Comissão, junto com o Relator, decidiu fazer várias audiências públicas, marcamos 10, e faremos tantas quantas necessárias. O importante é a participação das pessoas para dizer realmente o que querem. Neste projeto, tem rua que vai alargar para 20 metros, então haverá desapropriação, sim. Isso que os senhores precisam ver, prestar atenção, analisar, porque é um projeto grande, de peso, que precisa realmente de muita discussão.

Para nós, Vereadores da Câmara Municipal, será bom o que for bom para a população, pois os representamos. Para isso, os senhores têm de indicar o que é bom, o que não é bom. Caso não haja manifestação, os Vereadores aprovarão o projeto do jeito que está. Agora, tudo o que for discutido, vamos analisar. Isso é trabalho, inclusive, do Sr. Relator.

Foi falado também sobre habitação popular. Destinamos 13% do território municipal para habitação popular, na Lei do Zoneamento. Isso foi um grande avanço. E, acima de tudo, deixamos instrumentos na Lei para que o Executivo chame para si e resolva o problema das áreas onde as pessoas compraram e dividiram em lote, estão irregulares. Hoje existem instrumentos para regularizar essas áreas, porque, até então, para regularizar, o Secretário era processado, o morador também era processado e a Prefeitura. Agora, não. Já existe esse instrumento para resolver, e cabe a Secretaria resolver essas questões. Foi um trabalho de 48 audiências públicas.

Infelizmente não posso comungar com aqueles que falam: foi feito na calada da noite. Fizemos 48 audiências públicas, segunda, quinta, sábado de manhã, sábado à tarde, todas as semanas. E não fizemos mais porque não houve interesse. Se houvesse faríamos 60, 70, tanto quanto para este projeto. Se houver interesse é só reivindicar e faremos.

O Relator, os membros da Comissão e este Presidente estão à disposição de qualquer pessoa que queira conversar. É só ligar e atenderemos como temos atendido em relação aos projetos que vão para a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Essa predisposição já faz parte dos membros dessa Comissão, porque somos de comunidades e sabemos dos problemas, conhecemos a realidade de cada região. É um projeto que vai mexer com muita gente e realmente é bom que participem e fiquem atentos.

Tem a palavra o Relator, Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Vou falar rápido, porque as audiências públicas sempre acabam sendo um aprendizado para que o Vereador que está ocupando uma função transitória possa fazer a melhor lei possível. Obviamente, a melhor lei possível não vai atender 100% cada segmento que de forma legítima vem às audiências públicas buscar aquilo que há de melhor para sua comunidade.

Rapidamente, quero dizer que participei do plano diretor estratégico, de todas as audiências públicas da lei de zoneamento e procuramos sempre conversar com os munícipes. E na lei de zoneamento foi muito importante, recebemos muita gente em nossos gabinetes, particularmente o Relator, mas para atender o André que me procurou, vou ser bem sincero, a lei de zoneamento procurou na média atender 60, 70%.

Gustavo, eu estive com o Prefeito em março de 2015 e ele nos disse o seguinte: não vamos atender 100% cada segmento - está aqui o Professor Zeca, que sempre nos ajuda -, não vamos atender o pessoal da ZER 100%, que só quer Zona Estritamente Residencial. As ZCor, Zonas de Corredor, não vamos atender 100% e também não vamos atender o pessoal das ZEIS 100%, atenderemos dentro de uma média, mas ficou um vácuo na lei de zoneamento do ponto de vista das ZEIS, particularmente ali no entorno do terreno da Sabesp. E esse vácuo nós podemos corrigir nesta lei. Não vou afirmar que vamos conseguir, mas temos de conversar com o Governo para que possamos fazer a conversão, porque em determinado momento era ZEIS, depois passou a ser ZPI, vou vetado e agora está um branco naquele pedaço. E, através deste projeto de lei, podemos corrigir aquela injustiça.

Quero lembrar que este projeto de lei prevê a destinação de 25% dos recursos para o atendimento do HIS; 15% para equipamentos públicos, inclusive, incentivar a produção dos equipamentos de habitação de interesse social fora de ZEIS. Então o setor de habitação e, aí, temos muito trabalho para desenvolver e atender o grande déficit habitacional que temos na região.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Paterzani.

O SR. GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES – Obrigado pelas questões. É sempre importante. Queria enaltecer, na palavra do Presidente da Comissão Gilson Barreto, a importância dessas audiências porque temos nove só nesta região e tivemos 48 para a Cidade inteira. São 32 Subprefeituras, 94 distritos e só para este território temos nove. Então, é a oportunidade de fazer o debate importante.

Gostaria de me dirigir a cada uma das nove questões. Primeiro, quero me dirigir ao André, da Vila Prudente, que fala do artigo 15, da questão do Censo Habitacional da região e do Conselho Gestor. A respeito do artigo 15, que é a cota de solidariedade, cabe ao Conselho Gestor determinar e fiscalizar. A questão do privado, ou seja, o executor disso, a cota de solidariedade é um instrumento previsto no PDE que empreendimentos acima de 20 mil metros quadrados têm de obrigatoriamente destinar 10% da área construída no próprio empreendimento ou empreendimento limeiro para habitação de interesse social.

A destinação disso está vinculada à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, à COHAB fiscalizada pelo Conselho Gestor e estamos operando a possibilidade de venda disso junto aos programas habitacionais do Governo Federal, Minha Casa Minha Vida e outros do tipo. Isso é uma proposta para ampliar a possibilidade, mas não quer dizer que o censo que deve ser feito...está sendo proposto que a Sehab faça um cadastro, um censo de moradores em situação de vulnerabilidade – cortiços, favelas, assentamentos informais.

Esse censo é praticamente no perímetro de adesão e no perímetro expandido da Operação. A Operação tem dois perímetros: um de adesão, que é o perímetro que se vincula todos os projetos de transformação, e um expandido. A prioridade é para o perímetro de adesão, mas o perímetro expandido também está vinculado a isso.

É um pouco nessa lógica que funciona o Conselho Gestor. E aqui me dirijo também ao Sr. José Pereira, da Saúde, da Subprefeitura de Vila Prudente. Vou explicar um pouco sobre o Conselho Gestor. O Conselho Gestor está baseado no Plano Diretor. Ele que determinou a composição paritária do Conselho Gestor. Nas Operações Urbanas existentes temos números variados de conselheiros e, no máximo que temos hoje, são 18 – nove do Poder Público e nove da iniciativa privada. São 18 titulares e 18 suplentes. São 36, portanto, ao todo.

Na Operação Urbana Água Branca fizemos voto direto, entidades e representações e isso foi importante colocar e experimentar nos últimos três anos. Com essa experiência, desde 2013, aprimoramos isso para a Operação Urbana Tamanduateí. Como é que funciona? Tem quatro subprefeituras e a proposta é que tenham dois membros e dois outros suplentes e a cada dois anos isso muda. Como é uma proposta de maturidade de transformação por muitos anos, vamos ter 10 ou 12 mudanças ao longo do tempo.

A Subprefeitura se preocupa com a região, portanto, a escala mais abrangente da Operação Urbana não é só o local. Veja que a Vila Prudente tem um pedaço na Operação Urbana e a maior parte dela fora da Operação Urbana. Isso se dá com a Mooca, com parte do Ipiranga, com o Cambuci, com a Sé. Nesse sentido a gente procurou que a escala mais abrangente, que é o perímetro expandido, por exemplo, seria contemplado por esses conselheiros e a escala mais local, específica, possa, além de ser contemplada por esses conselheiros, também pelos representantes de moradores e trabalhadores.

Sempre é importante ter um debate e qualificar esses conselhos. Quantidade não é qualidade. A gente sempre tem de procurar a qualidade disso. Foi daí que surgiu essa ideia, e o papel da saúde foi importante. Vale lembrar que a operação urbana é um processo de transformação urbanística. Tem relação com gestão, mas é uma relação mais vinculada à transformação urbana. A Secretaria de Saúde, através da Covisa, teve um papel muito importante na

elaboração do projeto. Se você olhar, José Pereira, o quadro 8, que é quadro da LAP – Licença Ambiental Prévia, tem muitas exigências da Covisa. E, junto do CPMU – Conselho Municipal de Política Urbana, surgiu a proposta de um Conselho Participativo Ampliado. Isso foi debatido no CPMU, está aqui o nosso relatório.

É importante chamar a atenção, porque a gente publicou todo o processo participativo, está no *site*, é esse calhamaço de questões com todas as atas e processos. E lá nesse CPMU a gente definiu as prioridades. É claro que poderia haver assento para todo mundo, mas foram priorizados alguns assentos. Podemos debater isso de novo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES - A Saúde não entrou, porque tem a participação na LAP. A exigência da Saúde está muito clara; e por estar muito clara, a gente utilizou outros representantes, principalmente do Meio Ambiente, da Habitação, do Transporte, da Infraestrutura.

O Luís Henrique, que é estudante, fez uma série de perguntas. Eu tentei anotar a maior parte delas; se me esqueci de alguma, me desculpe, depois a gente pode esclarecer. É importante lembrar que a região da Vila Prudente e a do Tamandateí, nesse local, tem um impacto muito grande - não se você conhece: é pela Linha 18 do Metrô, proposta que vem lá de São Bernardo. O Pátio da Linha 18 está na borda da Linha 2 do outro lado do Rio, atrás do Central Plaza. Aquela área foi toda desapropriada, há uma DUP do Governo do Estado para fazer o Pátio do Monotrilho, que tem uma abrangência muito grande. É parecido com o Pátio da Linha 2 Tamandateí. Como foram obras planejadas em tempos diferentes, elas - que poderiam ter o mesmo pátio - têm 2 pátios da mesma ordem. Isso é empecilho para o nosso trabalho, porque queríamos usar aquela área para uma qualificação hídrica em relação à frente de rio, mas já estava tomada por essa função.

A Linha 18 é importante, é inquestionável sua importância. Lembrem-se de que ela vem pelo Córrego dos Meninos. Portanto, nós temos um projeto de urbanização, um parque linear no córrego, mas ele deve ser executado pelo Metrô como contrapartida ambiental, porque os pilares do Monotrilho estão fincados na margem do Córrego dos Meninos, do lado de São Paulo, não do lado de São Caetano.

Isso traz duas questões: a fábrica Matarazzo está no meio disso, ela é borda. Então, há uma questão ambiental importante. Tanto a Fábrica Matarazzo, descendo todo o córrego, até a borda de São Bernardo, é uma obra que não é da operação urbana, mas será da Licença Ambiental - isso está já articulado – da Linha 18 do Metrô. Em que tempo isso irá acontecer, Luís Henrique? Não posso lhe responder porque não tenho esses dados, mas, de fato, tentamos a maior sinergia possível. É importante frisar a questão das estações de metrô. Alguém falou da relação da Estação Ipiranga, do Monotrilho, do Fura Fila para a Estação Ipiranga. (Pausa) Foi o Arlindo. Isso também entra na questão da expansão da Linha Ipiranga, porque a Linha 15 vai chegar até ela; portanto ela vai aumentar, passando, inclusive, pelo terreno da Sabesp – um pilar é fincado na esquina, como o senhor acabou de dizer para o André.

Esse processo da linha de metrô, da estação, tem que ser muito bem calculado, porque é uma obrigação do Estado fazer. A operação urbana vai apoiar, mas tem que apoiar com precisão. Nós temos uma experiência muito ruim na Linha 17, na Água Espraiada: o Município repassou ao Metrô 500 milhões de reais para terminar a Linha 17; a Linha foi suspensa, e os nossos 500 milhões de reais da operação urbana estão nesse meio. Isso tirou qualificação de habitação social do parque. Então, é importante ter clareza dessa questão.

Sobre a indicação de equipamentos, podemos pensar. A gente indicou dinheiro para os equipamentos: 15%. Boa parte dos equipamentos serão feitos nas áreas institucionais das grandes glebas que serão parceladas. Nós temos grandes terrenos como o da Ambev, da própria Comgás, da própria Petrobrás, que serão parcelados e resultarão em áreas institucionais. Essas áreas já estão garantidas ao Poder Público, mas nós precisamos destiná-las à Cidade. É nessas áreas que faremos bastante equipamento. Outros equipamentos podem

surgir em outras áreas. Nós tomamos o cuidado, neste momento, de não gravar para não gerar especulação nem conflito.

De fato, a sua observação é positiva: será que o mercado imobiliário não vai tomar essas melhores áreas? Mas que áreas são essas? Como a gente constrói? Área pública (inaudível) na região, seja do Estado, seja do município. A gente pode fazer uma ação também conjunta da União, junto à linha férrea. A Secretaria de Patrimônio da União tem toda aquela terra da Presidente Wilson. Então, essas áreas podem vir no momento. Não é hora para isso, porque a gente precisa também primeiro definir as diretrizes do projeto, e quando implantar, a gente vai ter tranquilidade para colocar isso.

Nós debatemos isso nas inúmeras audiências que fizemos, do Executivo, para a proposta, que foi construída com solidez. Por isso, a prova são as perguntas objetivas que estão sendo feitas aqui agora. Julgo eu que não é necessário gravar o lugar do equipamento. Vamos aproveitar a destinação. Vinte e cinco por cento da operação têm grandes glebas, e 12,5% dessas glebas, metade desses 25%, são atingidos pelos alinhamentos(?) públicos. Portanto, a garantia do equipamento está nessas áreas.

A relação com São Caetano vem da macroárea de extração(?) metropolitana. Isso é importante. Os galpões da Vila Carioca têm atividade logística. É incentivada. Não quer dizer que não possa haver outras. Pode haver atividades de serviços, de comércio, de *co-working*, tudo aquilo que é importante. É uma ZPI. Só que não pode haver residencial vertical, porque a experiência da Vila Leopoldina, em torno do CEAGESP, na Lapa, provou que toda indústria e todo emprego que havia, naquela região, foi embora dali, por causa da incomodidade da relação entre a produção e a moradia; e a moradia aí é vertical.

É importante a questão da adesão à operação urbana, a questão das calçadas. Nesse projeto, todo mundo que está na área do projeto terá obrigações e direitos com o projeto; nas outras operações, somente aqueles que constroem acima do potencial construtivo 1. Aqui não, se a pessoa quiser reformar mais do que 50% do imóvel, tem que aderir ao projeto. Quanto à questão das calçadas, há a questão de doação. É obrigatório doar o restante, para atingir cinco metros das calçadas ao longo do tempo. É claro que, nos corredores (inaudível) isso vai acontecer, mas nas vias locais, nas ligações aos parques e as estações, isso também está previsto. Economiza-se dinheiro público e, no tempo, isso vai avançando. Já fizemos isso em outras áreas, como na Faria Lima e na Água Branca. Isso está dando resultado. Qualquer um pode aderir à operação. Então, ao se aderir à operação, esse processo de transformação no tempo vai ceder à calçada. Quanto à ligação com o Fura-Fila, é criar essa sensibilidade em torno das operações. Portanto, estão sendo previstas ciclovias, caminhos arborizados de pedestres e veículos e áreas para integração com as estações de metrô e trem.

O Sr. Jean falou da ação integrada de limpeza do Tamanduateí. Assim como o transporte de alta capacidade é (inaudível) do Estado, a limpeza do Tamanduateí também é. Por quê? Porque o Tamanduateí nasce em Mauá. Ele passa por Mauá, ele passa por São Bernardo, ele passa por São Caetano e chega a São Paulo. Ele é um rio de competência estadual. Há a Sabesp, com o programa de descontaminação das áreas pluviais e PDMAT. O PDMAT 3, na área, está fazendo isso. A última área que falta descontaminar é o Ipiranga. Esse cheiro é exatamente na foz do Ipiranga. Isso está acabando, no máximo, no próximo ano.

O projeto traz ações para se evitar a poluição difusa e para se cuidar do Ribeirão dos Meninos, do Moinho Velho e de todos os córregos da Mooca e do Cambuci, que chegam, que estão escondidos. A gente não os vê, porque estão canalizados, mas chegam lá. Poluição difusa é essa poluição que a chuva leva da Cidade, e que ajuda a fazer esse cheiro.

Quando a gente fala em parques lineares junto ao rio, claro que há preocupação. Não dá para usar um parque que não cheira bem. Como vou passear lá? Que sensação de saúde pública me dá isso? Mas, em ação coordenada com a Sabesp, pelo menos, que está sendo proposto pelo projeto, a gente talvez consiga avançar.

No Parque Linear da Vila Prudente, há parte do metrô exatamente ali. Por que não é na beira do rio? Porque há o parque do metrô da linha 18. Deve ser construído. É o que vai vir de São

Bernardo. Está previsto. Já foi desapropriado pelo Estado. Então, o que a gente fez? A gente criou uma via local na Avenida dos Estados, para o lado do bairro do Ibitirama, e está sendo feito esse parque linear. Para o Sr. José Pereira, falei um pouco da saúde. Há questões que a gente pode debater. Os equipamentos estão previstos aqui, são equipamentos municipais, equipamentos localizados para a população local.

Em relação ao Luis Claudio Marchesi, são 12 parques, e o da Indianópolis, eu tenho uma boa notícia para você, a LAP – Licença Ambiental Prévia exigiu que esse pátio da Indianópolis seja 90% impermeável. É praticamente um bosque, um parque renaturalizado. Seria aquela área do Ibirapuera mais arborizada, parecido com o Parque da Aclimação, se podemos fazer uma comparação. É isso que está proposto para o Parque do Indianópolis.

- Orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES – Essas imagens são ilustrações. Nós tentamos dar uma ideia do que pode acontecer; não é a realidade. É claro que é difícil ficar falando e não ter uma imagem para mostrar como vai ser, e esse é o mais próximo que conseguimos chegar. Isso não quer dizer que vá ser assim, mas, na Indianópolis, a LAP tem uma questão clara: 90% da área impermeável. Então, não podemos construir uma praça cívica nem grandes equipamentos, porque basicamente é um parque arborizado com banheiro, lanchonete, administração, ou seja, pequenas construções. Se houver quadras ou equipamentos desse tipo, a área não poderá ser pavimentada.

O Mateus Dantas falou da Tereza Cristina e da relação com a APP. Isso é importante. Só para entendermos, o Código Florestal de 2012 estabeleceu a Área de Preservação Permanente dos rios urbanos e rurais. Na cidade de São Paulo, o Rio Tamanduateí tem uma APP de 50 metros. Então, se formos aprovar qualquer coisa hoje para reconstruir na frente do Rio Tamanduateí, temos que respeitar a margem de 50 metros. Para termos uma ideia, o Clube Atlético Ypiranga, por exemplo, pega 30 metros de qualquer empreendimento que tem lá que vá construir ou vai se transformar. Eu sei que não é o caso do clube, mas pode ser o caso de algumas indústrias e de alguns galpões que estão vazios.

Para isso que nós criamos a qualificação de frente do lote, que é aquele grande lote arborizado. O Tereza Cristina é de 30 metros, não é 50, porque o Rio Ipiranga é menor, mas a conformação ali fica bastante grande. Eu aproveitei essa área de APP para propor esse parque linear, essa imagem que está aqui no caderno. Se quiserem entrar no nosso site, esse parque linear é basicamente uma APP do Ipiranga, com vias locais sendo produzidas. Ao criar uma frente urbana tão vasta, é um lugar propício a adensamento; tem áreas de Habitação de Interesse Social, mas é um lugar que vai produzir recursos para nós podermos pagar os outros 11 parques, as outras 20 mil unidades de Habitação Social, os 104 equipamentos que estão sendo previstos, a questão das conexões, etc.

Então, há áreas da operação que são geradoras de recursos para pagar investimentos em outras áreas. A relação do parque com a habitação está um pouco nisso daí.

O Júlio perguntou da Empresa Bairros do Tamanduateí, pergunta que agradeço porque é a primeira chance que tenho de esclarecer isso. O papel dela é produzir o programa de intervenções. Ela não substitui a Prefeitura; ela não substitui o subprefeito; ela não substitui a Secretaria de Licenciamento, que é a que aprova o projeto; ela não substitui a Sehab; ela não substitui a Secretaria de Transportes, etc. Ela só executa o programa de intervenções que será aprovado na lei, e estas audiências estão ajudando a construir esse programa, e daí a importância disso. Ela é uma executora e faz uma interlocução com a sociedade e com os órgãos para poder alinhar as questões do tempo.

Eu vou dar um exemplo, hoje nós temos dinheiro para fazer a Avenida Auro Soares de Moura Andrade, na Água Branca, mas a CPTM não nos deixa mudar os trilhos de lugar porque é no leito da linha 8 que nós vamos fazer isso. Inclusive nós vamos pagar, só que há discussão de projeto, que vai e volta. A interlocução é muito difícil. Quando se cria uma interlocução mais rápida e mais objetiva, ganha-se celeridade e economiza-se recurso. Isso é uma demanda que sempre aparece no nosso debate. Então, a ABP S/A vai fazer isso. Ela é S/A porque é como as

outras empresas municipais. Não temos dúvidas de que um ente específico é importante, porque é mais preciso. No debate, a própria Câmara nos perguntou porque é S/A. Eu me lembro dos técnicos, como o Ricardo, fazendo essa pergunta: por que é sociedade anônima? A CET é, a SPTrans também. Por que essa também é? É o melhor modelo?

Vamos aclarar um pouco as coisas. Que tem que ser um objeto focado e preciso, acho que todo mundo concorda. A questão talvez seja: que modalidade é essa? É isso que nós precisamos debater um pouco mais. Ela é importante para transformar e acelerar essa questão.

O Parisi falou da preservação das empresas, que foi uma conquista. A nossa primeira audiência foi lá na Associação Comercial Mooca, com a grande presença do pessoal das indústrias da região, que emprega muita gente. Nós potencializamos isso no PDE, trazendo mais-valia para essa questão, preservando o espaço de trabalho das indústrias. Acho que isso está preservado até agora e o zoneamento também preservou e isso é um ganho ao qual nós não voltamos mais atrás, porque a Câmara chancelou o PDE e agora só traremos incentivos para qualificar aquele espaço urbano, mas não para mudar o uso. Então, é importante conectar com o metrô, criar maior acessibilidade, trazer a diferença da ZPI da Henri Ford com o Alto da Mooca pelo Parque da Indianópolis; todas as questões que nós iremos aprimorando.

Eu não sei se eu esqueci alguma questão, mas fico à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Sr. Gustavo.

Passo a palavra para o Sr. Parisi, que tem uma complementação a fazer.

O SR. FRANCISCO PARISI – Gustavo, a grande preocupação e o objetivo da Associação Comercial, desde o início, é a preservação das empresas, por meio do apoio ao empreendedorismo e da defesa da livre iniciativa.

A nossa preocupação é conter essas intervenções que vão haver tanto no setor Henri Ford com abertura de ruas. Conversei com empresários da região. Mesmo com a crise que estamos passando, adquiriram galpões. Imaginem agora se passar uma rua bem onde está o galpão? Esse problema está atingindo a Rua dos Trilhos, onde está ocorrendo uma desapropriação.

Nossa sugestão é que o mapa seja ampliado já para a próxima audiência, na qual os empresários vão estar presentes. Isso porque estamos tomando conhecimento desse mapa agora. Gostaríamos que ficasse bem claro quais serão as ruas, o pedaço que será desapropriado. É possível isso? Porque até agora está bem técnico.

O SR. GUSTAVO PARTEZANI RODRIGUES – Há um serviço de apoio na Câmara e, para a próxima reunião, podemos trazer os mapas em tamanho real, que seriam pregados na parede para todos consultarem. Se houver necessidade de esclarecimento, após o término da audiência, podemos apontar o mapa para ajudar.

Quero mais uma vez lembrar, Parisi, que a Rua dos Trilhos e a Henri Ford são alinhamentos viários existentes desde os anos 50, 60. Quando os trilhos em frente ali era (ininteligível).

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Na próxima reunião, nós vamos expor os mapas no tamanho adequado para que as pessoas acompanhem quais as ruas vão ser desapropriadas.

O SR. DALTON SILVANO – Só um aparte. Vou repetir que a Comissão está à disposição para conversar com os diversos setores, porque assim vamos com mais calma, com a assessoria do Governo e dos nossos consultores técnicos. As pessoas podem falar conosco à vontade, porque na audiência pública é mais direto. Estamos à disposição na Câmara Municipal também.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Nós temos audiência pública marcada para o dia 16/05, das 19h às 22h, na Rua do Manifesto, no Clube Atlético Ypiranga, no Ipiranga; no dia 17/05, das 19h às 22h, no Viaduto Jacareí, nº 100, na Câmara Municipal de São Paulo; no dia 21/05, no CEU Heliópolis; no dia 23/05, na Câmara Municipal; no dia 24/05, na Rua Bresser, nº 315, e no dia 30/05, também na Câmara Municipal.

Essas são as audiências já previstas para acontecer. Se alguém quiser solicitar mais alguma, é

só depois encaminhar para a Comissão, que irá avaliar.
Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.
Tenham todos uma boa noite. Muito obrigado. (Palmas)